

CAPÍTULO 10

FRONTEIRAS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS ARTICULADAS EM ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES

DOI: 10.47402/ed.ep.c2021200410110

Luciana Cristina Teixeira de Souza, Professora Assistente, Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Doutora em Estudos de Gênero e Feminismos, PPGNEIM/UFBA.

RESUMO

O presente artigo pretende contribuir para problematizar teorias empregadas no desenvolvimento de pesquisas e estudos de gênero, sexualidades e feminismos para formular estratégias que ampliem o horizonte teórico metodológico deste campo. Introduce reflexões sobre algumas proposições teóricas para análises inter cruzadas necessárias a esta produção, buscando dar conta de contemplar a dinâmica e a complexidade que envolvem sujeitos em sua diversidade de lugares sociais ocupados, comumente tomados como objetos de estudo. Assim, a ideia é estimular a superação de análises monolíticas e fechadas à pluralidade dos/as sujeitos/as de uma pesquisa, lançando mão de dispositivos teóricos como interseccionalidade, consubstancialidade e posicionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: interseccionalidade; consubstancialidade; posicionalidade.

“O que nos separa não são as nossas diferenças, e sim a resistência em reconhecer essas diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las. Quando nos definimos, quando eu defino a mim mesma, quando defino o espaço onde eu sou com você e o espaço onde não sou, não estou negando o contato entre nós, nem estou te excluindo do contato – estou ampliando nosso espaço de contato”.

Audre Lorde

INTRODUÇÃO

Para a construção deste texto, me inspiro no que ensina Audre Lorde, mulher negra feminista, sobre o necessário e tão caro exercício de auto-reflexão e auto-definição, cuja tarefa serve para informar dos lugares sociais que se ocupa e dos privilégios de que se dispõe no interior das relações de poder presentes numa sociedade repartida e diferenciada por tantas assimetrias.

Tendo em conta os pressupostos postulados pelas epistemologias feministas, como a valorização do saber situado, pensando em Haraway (1995) quando afirma que nenhum conhecimento está desconectado de seu contexto, tampouco da subjetividade de quem o emite,

lembro que, em princípio, a escolha de um tema para um projeto de pesquisa não é descolada das experiências, da ideologia e acepções da/o pesquisadora/r.

Pretendo, neste texto, contribuir para problematizar e formular estratégias que ampliem o horizonte teórico-metodológico ao desenvolvimento de pesquisas no campo dos estudos de gênero e sexualidades introduzindo novas reflexões sobre as proposições teóricas vistas adiante, para facilitar análises inter cruzadas necessárias a essa produção, buscando dar conta de contemplar a dinâmica e a complexidade que envolvem sujeito/as em sua diversidade de lugares sociais ocupados, comumente tomados como objetos de estudo. Assim, a ideia é tentar estimular a superação de análises monolíticas e fechadas à pluralidade dos/as sujeitos/as de uma pesquisa, lançando mão de dispositivos teóricos, conceituais e de método, que promovam tal abertura.

O reconhecimento dos marcadores sociais que identificam os sujeitos de uma pesquisa ilumina o problema de estudo ao contribuir com a caracterização dos sujeitos investigados, o que pode ser indagado por perguntas do tipo: como a relação entre gênero e as demais categorias sociais fundantes interferem na problemática das mulheres, bem como dos sujeitos constituídos por identidades dissidentes e não-normativas? Quem são esses sujeitos? Quais lugares sociais ocupam, a que grupos de idade, classe, raça e outras categorias pertencem? Ademais, é preciso averiguar quais variáveis e indicadores poderiam informar desses lugares sociais dos sujeitos eleitos para a investigação. Não propriamente para responder às perguntas levantadas; antes disso, tais variáveis poderão auxiliar na problematização das questões suscitadas. Mas, talvez o maior desafio seja saber de que forma, quais caminhos teórico-metodológicos poderiam torná-las visíveis numa pesquisa, uma vez que tantos estudos apontam e denunciam invisibilidades sociais, tanto nas políticas como nos dados produzidos pela ciência. Desse modo, o exercício reflexivo que sugiro neste texto se traduz em possibilidades de dispositivos teórico-metodológicos para estabelecer as categorias empíricas e aplicar metodologias pertinentes a fim de captar a realidade prática, real e concreta do cotidiano a ser pesquisado.

VOZES NEGRAS E FEMINISTAS: LEGADO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Percebendo a necessidade de construir uma metodologia que dê conta da tarefa de identificar o perfil dos sujeitos com as quais se pode trabalhar na pesquisa, sem correr o risco de negligenciar seus múltiplos pertencimentos e, também, na escolha dos caminhos metodológicos possíveis para tal empreitada, apresento, neta seção, algumas reflexões a partir do pensamento das teóricas/ativistas do feminismo negro.

Em uma linha temporal não-linear, é possível inferir que foi a partir do final da década de 1960 nos Estados Unidos, que nasceram os primeiros movimentos organizados de insurgência e questionamento do feminismo branco, apesar de todas reivindicarem que o feminismo negro não-sistemático é anterior a esse momento. As ativistas precursoras do *Black Feminism* confrontaram radicalmente os pressupostos universalizantes de classe, de raça e de normatividade heterossexual da, até então, luta feminista vigente. Mesmo em momentos distintos, nomes como Ângela Davis, Patrícia Hill Collins, Elsa Dorlin, Hazel Carby, Bell Hooks, Patrícia Williams, Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde e o Combahee River Collective, entre outras, protagonizaram tal disputa de ideias, cada uma ao seu tempo, e se tornaram os ícones principais da crítica formulada em direção às feministas brancas. Os aspectos centrais que marcaram o embate político-acadêmico a partir daquele período eram reclamados basicamente pelo não-reconhecimento, por parte das feministas brancas, das experiências e narrativas das mulheres negras como sujeitos diferenciados na divisão social posta.

As ativistas negras interpelaram e reivindicavam um olhar e uma consciência crítica do movimento feminista com vistas a contemplar as narrativas das mulheres não brancas no arcabouço teórico e no ativismo, levando-se em conta os impactos que o racismo causou na vida das mesmas ao longo de sua história. A demasiada centralidade dada ao patriarcado, segundo o pensamento feminista negro, acabou por escamotear aspectos específicos das experiências das comunidades negras e da história de escravidão e discriminação racial. (CARBY, 1982 *apud* RODRIGUES, 2013). A gravidade dessa lacuna ali denunciada acarretou fissuras de proporções muito grandes no movimento feminista, o que paradoxalmente também alimentou um intenso e necessário debate interno e inacabado reverberado até o presente e responsável por imprimir, de forma inexorável, a marca da pluralidade tão reivindicada entre a maioria dos grupos feministas. O fato é que, ao que parece, o protagonismo e a provocação trazida pelo pensamento negro feminista abriram um flanco de diálogos incessantes e profícuos, onde teóricas das mais diversas áreas do conhecimento negras ou não, passaram a atentar e a se debruçar sobre aquelas reivindicações dando conta de atualizar, contrapor, formular ou reformular noções conceituais pretensamente interdisciplinares buscando romper com pressupostos essencialistas e universalizantes vigentes no movimento e no campo teórico feminista, ainda que este tenha sua contribuição reconhecidamente importante para a conquista dos direitos mais gerais das mulheres.

Desse modo, muitas abordagens e proposições teórico-metodológicas foram surgindo ao longo das últimas décadas para alargar o pensamento feminista. De compreensão nem

sempre divergente, mas com perspectivas diferenciadas, essas propostas, marcadas por vozes plurais de mulheres de diferentes origens geográficas, de raça, classe e geracional, ora se complementam, ora privilegiam algumas relações e/ou categorias de análises em detrimentos de outras. Proponho a seguir, um sobrevoo acerca de três dessas abordagens para tentar situar como, quem e em que contextos foram forjadas, seus pressupostos epistemológicos, além de enunciar alguns pontos de dissensão e de convergência observados.

SOBRE INTERSECCIONALIDADES

Fruto das discussões entre as teóricas do norte, em princípio, afro-americanas, mas também inglesas, canadenses e alemãs, surge a ideia da “interseccionalidade” que foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos em perspectiva interdisciplinar como herança das ideias do *Black Feminism*, desde o início dos anos de 1980. Segundo Rodrigues (2013), não há consenso sobre se tal noção é “uma terminologia, um conceito, uma ferramenta heurística ou uma teoria”, isso vai depender de quem se apropriar e também de como fará o uso da mesma (RODRIGUES, 2013 p. 07). Ao que indicam as muitas citações e referências à autora feminista, quem formulou muito bem essa conceitualização foi Kimberlé Crenshaw (1989; 1991; 2002), advogada afro-americana, pensando, de início, em sua aplicabilidade nas leis contra a discriminação nos EUA. Não obstante, outras pesquisadoras de variadas áreas do conhecimento seguiram discutindo, sintetizando, atualizando e adequando o conceito de acordo com seus entendimentos, interesses e empregos em diversas partes do mundo. O que demonstra que esse é um conceito em contínua e impermanente construção.

Suas primeiras formulações remetem às décadas de 1980 e 1990, quando conceito é descrito de forma bastante específica por Crenshaw em dois textos: em 1989, no texto *Demarginalizing the intersection of race and sex*, ele já é discutido de forma inicial, mas com bastante riqueza; e em 1991 quando sua conceitualização se tornou mais conhecida em *Mapping the margins*, que foi traduzido recentemente no site do Geledés – Instituto da Mulher Negra.²³

Entretanto, em 2002, Crenshaw “aponta” o conceito para os direitos humanos quando ela fala sobre isso na ONU, mas as discussões prévias são substantivas e servem a esse propósito de forma potencial. Na ocasião, em um texto-documento, Crenshaw qualifica o conceito com vistas a orientar políticas e ações voltadas aos direitos humanos:

A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da

²³Ver em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>

subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002 p. 177).

Por outro lado, a própria autora revela, em recente entrevista concedida a Bim Adewunmi, que o conceito não é novo e remonta até mesmo ao século XIX com o pensamento e inquietações de mulheres como Anna Julia Cooper e Maria Stewart, perpassando as intervenções de Angela Davis e Deborah King já no século XX, nos EUA e dando sequência por várias gerações de mulheres até os dias atuais (ADEWUNMI, 2014).

Crenshaw propõe, ainda, uma categorização do conceito observando dois aspectos: a “interseccionalidade estrutural” que seria a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências dessa posição sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, por exemplo, e as formas de resposta a tais violências; e a “interseccionalidade política” que estaria ligada às políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor. Esse é um alerta importante que busca chamar a atenção para a condição de mulheres que portam experiências de opressão específicas, muitas vezes dentro das próprias comunidades, mas que são invisibilizadas e silenciadas em nome de uma causa coletiva universalizante (CRENSHAW, 2002 p. 181).

É, portanto, a noção de experiência como categoria analítica (SCOTT, 1999) vinculada à sua historicidade, que vai diferenciar o feminismo negro do feminismo branco, imprimindo a marca da pluralidade, ao fim e ao cabo, para sustentar outra epistemologia contraposta àquela hegemonicamente do norte e ocidental, qual seja, uma epistemologia afrocentrada, descolonial e do sul.

Além das contribuições teórico-políticas das pensadoras negras afro-americanas, como dito, diversas autoras situadas e/ou deslocadas de outras margens/periferias mundo afora corroboram e endossam tais ideias. Em recente oportunidade de assistir aos diálogos presenciais em evento realizado em Salvador-Bahia, com a autora portuguesa, radicada na Alemanha, que é também, escritora, teórica e artista interdisciplinar de origem africana chamada Grada Kilomba (2010), pude constatar, em sua práxis, os princípios do pensamento decolonial e refletir sobre alguns pressupostos defendidos por ela, tais como: a importância do respeito à diversidade de referenciais de pensamento e atuação feministas, a consideração do protagonismo das narrativas diaspóricas e o poder de construção de epistemologias que

contemplem culturalmente grupos que a história omitiu ao longo da construção e sistematização do conhecimento.

Em seus ativismos teórico-artísticos, Kilomba expõe a sua criação multi-referenciada em diversas linguagens. Na ‘contação’ de suas histórias, que pode ser individual ou coletiva, performativa ou ainda em outros formatos, a autora utiliza-se de uma autonarrativa que ‘des-idealiza’ paradigmas e métodos dominantes e prioriza o pensamento descolonial em favor de estreitar o diálogo entre as epistemologias do sul.

Voltando o olhar para a América Latina, e sobre os movimentos insurgentes na direção de descolonizar o conhecimento, o “ativismo” de Grada Kilomba me remeteu facilmente à imagem icônica criada pelo artista plástico e teórico uruguaio Joaquín Torres García a que chamou de “América invertida” (1943), posterior à marcante declaração publicada em “A escola do sul” (1935).

Sendo considerado o primeiro manifesto de arte autônoma da América Latina, tal movimento questionava a geopolítica literalmente cartografada da produção nas artes visuais, afirmando a arte autônoma da América nativa ao sul como ponto de origem para uma nova tradição e referência da arte universal.

Os movimentos e estudos decoloniais ou descoloniais insurgem forjando um discurso contra-hegemônico para criar novos paradigmas, métodos e temas que até então eram negligenciados no contexto formal de produção das artes, da política e do conhecimento. Tais narrativas reivindicam e provocam uma reprogramação na estrutura das linguagens estética, cartográfica e imagética vigentes, vez que pretende re-desenhar as histórias vindas das margens, da subalternidade e das vozes dissonantes de contextos globalizados que, em geral, são invisibilizados. Trata-se, portanto, de alterar a forma e o conteúdo das ideias.

Certamente esse movimento de subversão da ordem epistemológica dominante inspirou, e também foi inspirado, por uma leva de pensadoras/ativistas feministas latinas no século XX, como Ochy Curiel, María Lugones, Brenny Mendonza, Alejandra Ciriza, Glória Anzaldúa, entre tantas outras, que reivindicaram em suas obras os mesmos pressupostos descolonizadores na produção do conhecimento dominante androcêntrico e eurocêntrico. Tais contribuições oferecem dispositivos teórico-metodológicos para agenciar pesquisas com nossos próprios referenciais, nesse desejado diálogo sul a sul.

No Brasil, segundo as leituras indicadas nas referências desse texto, o período em que houve maior efervescência dos debates sobre a temática das interseccionalidades foi ao longo

das décadas de 1980 a 2000, culminando com a tentativa bastante ansiada pelas pesquisadoras feministas brasileiras de formular ferramentas teórico-metodológicas que pudessem dar conta de incorporar as perspectivas dos grupos que reivindicavam reconhecimento. A efervescência de ideias não cessou naquele momento e extrapolou os territórios geográficos iniciais.

Aqui no país a discussão do conceito de interseccionalidade reverberou pelas vozes de teóricas/ativistas negras como: GONZALEZ (1982); BAIROS (1991); AZEREDO (1994); BENTO (1995); CARNEIRO (2003); entre outras, que, bebendo da fonte do pensamento negro feminista do norte geográfico da América, elaboraram e atualizaram as teorias para desvelar as diferentes formas de discriminação operadas na sociedade brasileira, em face das especificidades de nossa formação sociocultural. O ponto de intersecção desses estudos são as ideias decoloniais e a defesa do pluralismo no movimento feminista, além da contribuição dada pelas inúmeras discussões, levantamento de dados e formulação de análises sobre as circunstâncias de vida das mulheres negras brasileiras.

Entretanto, Rodrigues (2013), traz uma importante preocupação ao explicar a pouca adesão ao debate do feminismo negro pelo movimento feminista no Brasil. Segundo o autor, três razões explicariam o fenômeno aqui no país: a) o interesse demasiado nos processos de democratização das relações intergênero, a universalização do sujeito mulher como sendo branca, ocidental, heterossexual e de classe média e sua recusa em reconhecer e abrir mão dos privilégios de raça e classe, etc; b) o interesse parcial na apropriação que feministas brasileiras fizeram de tais aportes teóricos, delegando para pesquisadoras negras a tarefa de articular raça/gênero/classe, e c) talvez o mais grave motivo seja o fato de que ainda há poucas mulheres negras na academia brasileira, como docentes/pesquisadoras ou como estudantes de pós-graduação. (RODRIGUES, 2013, p. 9).

Por outro lado, é possível observar e reconhecer um crescente número de trabalhos de pesquisadoras negras nas últimas décadas que, tanto na academia como nos espaços sociais de produção e difusão de conhecimentos mais diversos, empreendem um esforço cada vez maior para a disputa, consolidação e popularização das ideias em torno da construção de um feminismo efetivamente plural e decolonial. Ainda que seja sempre necessário promover mais fóruns de interlocução, encontros, troca de experiências e debates.

SOBRE CONSUBSTANCIALIDADE OU CO-EXTENSIVIDADE

Ademais, outro debate surgido em torno da década de 1970, em princípio tocado por feministas francesas brancas (Kergoat, 2010) que corre em paralelo às ideias de

interseccionalidade, mas, sustentado por outra linha teórica e epistemológica, é a noção de consubstancialidade. Pontuo aqui seus principais pressupostos por considerar que nenhuma teoria deve ser fechada. Afinal, pensando sobre o papel da teoria e método na contemporaneidade, somente por meio de uma razão aberta seria possível reconhecer e re-ligar os conhecimentos dialogando entre si sem rejeitar, na sua totalidade, pressupostos, em princípio, antagônicos, mas valorizando a diversidade de contribuições teóricas formuladas, premissa que se encontra com a crítica à ciência moderna demarcada também pela epistemologia feminista contemporânea. Portanto, a escolha de um método numa pesquisa que se reivindica feminista, comporta, além do rigor necessário a qualquer campo da ciência, também a liberdade e a criatividade na sua práxis. O que poderá se traduzir em certa pluralidade metodológica, desde que justificada, e permita o alcance às perguntas e respostas feitas ao objeto em estudo. Desse modo, trazemos a contribuição das feministas que se reconhecem marxistas para confrontar e problematizar o debate em torno dos cruzamentos e das intersecções nos estudos de gênero/sexo, raça e classe, centralmente.

Para as feministas marxistas, no debate interseccional é imprescindível a discussão da base material e de classe considerando que, assim como esta última categoria, a raça e o sexo/gênero são relações sociais também estruturantes, sendo uma substância e co-extensão da outra. (Saffioti, 2004; Kergoat, 2010; Hirata, 2014). Segundo tal perspectiva, nada escapa à base material do sistema do capital e os sujeitos, ainda que com vivências diferenciadas, são afetados pelas dimensões de classe, raça e sexo/gênero.

A proposta das noções de consubstancialidade e co-extensividade surge para explicar como o processo de exploração e divisão do trabalho organiza dialeticamente as três formas de opressão consideradas fundantes e, sobretudo, como tal coordenação é basilar para a manutenção do sistema de divisão e exploração do trabalho. Dessa forma de organizar as relações sociais, segundo tal linha de pensamento, surgem outras opressões assentadas nessa tríade da diferença. Tornar os sujeitos desiguais é funcional para o sistema capitalista. O trabalho das mulheres, por exemplo, realizado pela reprodução humana e também social, é imprescindível à engrenagem do sistema de exploração e segue fortemente respaldado pela naturalização do trabalho doméstico definido pelo sexo. É o que explicaria o interesse irredutível pelo controle do corpo da mulher até a atualidade. Embora de origem anterior, a lógica patriarcal não foi perdida com o capitalismo, vez que esta o interessa e lhes dá sustentação (SAFFIOTTI, 2004).

A combinação da divisão sexual e racial seria ainda mais funcional, uma vez que da mesma forma, o corpo negro ainda é mantido como “a carne mais barata do mercado”. Basta observar a maior concentração étnico-racial de trabalhadoras/es no subemprego. Empiricamente, o famoso ‘teste do pescoço’²⁴ revela onde se concentra a população negra no mundo do trabalho e mais ainda, onde essa está ausente. Não à toa, as últimas categorias a serem reconhecidas pelas Leis Trabalhistas no Brasil foram justamente a dos trabalhadores rurais e a da/os empregada/os doméstica/os, essa última somente em 2013, cuja imensa maioria é ocupada por mulheres negras. Segundo as pesquisas de Heilborn, Araujo, Barreto (2010), 93,6% mulheres estão no trabalho doméstico, com predominância negra. Esses autores ainda revelam que dentre os 10% das/os brasileiras/os mais pobres, 70,6% são negras/os, e, em setembro de 2009 um trabalhador/a branco ganhou em média 90,7% a mais que as/os negras/os. (HEILBORN, ARAUJO, BARRETO, 2010). Eis, portanto, uma questão de sexo/gênero, raça e classe consubstancializada ou co-extensivamente bem coordenada. Do mesmo modo como se opera naturalizando e legitimando o trabalho doméstico feminino definindo-o por papéis sexuais diferenciados, a servidão da mão-de-obra, como é visto e tratado ainda hoje o trabalho da população negra, permanece atuando de forma a perpetuar a lógica de exploração muito bem ancorada nas bases do racismo institucionalizado presente na sociedade até os dias atuais.

Analisando as duas perspectivas, a interseccionalidade e a consubstancialidade, Hirata (2014), faz uma boa síntese para ilustrar a dissensão existente entre as duas acepções:

Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativas. Um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão. (HIRATA, 2014 p. 63).

Em seu artigo, a autora assinala a principal crítica apontada por Kergoat à ideia da interseccionalidade:

Pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. [...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação (Kergoat, 2010, *apud* Hirata, 2014 p. 98).

Percebe-se que cada autora vai pensar de acordo com o seu contexto – algo bastante complexo, que diz respeito ao momento histórico, localização, debates nos quais essas autoras estão inseridas, etc. Embora sempre tenham discutido os entrecruzamentos de gênero, raça e classe nas experiências das mulheres negras, Lélia Gonzalez nunca disse a palavra

²⁴ Ver em: <https://leopoldinense.com.br/noticia/2752/racismo-no-brasil-faca-o-teste-do-pescoco>

interseccionalidade e Angela Davis só o fez nos anos 1990 ou depois. Elas não insistem no uso desse termo, usam vários noções conceituais e tem suas ideias construídas a partir de trajetórias intelectuais profundamente marcadas pelo marxismo e pelo debate de classes. Angela Davis, todavia, defende o uso do conceito de interseccionalidade por considerá-lo um patrimônio da produção do conhecimento das mulheres negras e, deveras, uma demarcação política fundamental para a luta antirracista contra-hegemônica.

O pensamento feminista negro propõe uma episteme contraposta a do movimento feminista *per se*, mas não antagônica à luta das mulheres. Defende, sobretudo, que os grupos subalternizados devam se empoderar sobre suas próprias experiências se apossando de ferramentas qualificadas para tal enfrentamento. Afinal, ao modo do que defendeu Patricia Hill Collins (2012), importa é forjar um paradigma que articule as variadas opressões e que reconceitue as relações de dominação e resistência interpelando a sobredeterminação da categoria gênero ou classe ou mesmo de raça. Porque, segundo a autora, a identidade é formada pela simultaneidade de cada condição/marcador: raça, gênero, classe, geração, sexualidade, e cada marcador é parte de uma abrangente estrutura de opressão, produzindo sistemas de dominação. (COLLINS, 2012).

SOBRE POSICIONALIDADES

Em muito recente e relevante artigo, Sardenberg (2015) retoma a importante discussão acerca das interseccionalidades ao resgatar de Hulko (2009) a noção de posicionalidades argumentando que tal conceito seria mais amplo e mais interessante para as análises intersectadas por melhor examinar os impactos das intersecções constituintes da identidade dos sujeitos, ainda que esta não contenha fixidez e varie no tempo e no espaço. O diferencial de tal ideia estaria em considerar, para além das distintas posições dos/as sujeitos/as pesquisados, a própria posição da/o pesquisador/a, reconhecendo os lugares de privilégios que esta/e ocupa e problematizando as relações estabelecidas a partir desse contato. A autora sintetiza:

(...) posicionalidade indica o resultado dessa interação em termos de privilégios e desvantagens e funções, mais num nível prático, ou do cotidiano. Em especial, posicionalidade, se refere aos diferentes graus de privilégio e opressão que indivíduos detêm ou sofrem em função da intersecção de ‘construtos identitários específicos’, tais como raça, etnicidade, classe, gênero, orientação sexual, idade, etc. Ou seja, refere-se ao grau de vulnerabilidade de diferentes indivíduos em um determinado contexto. (SARDENBERG 2015, p. 82).

Uma vez pesquisador/a no campo da pesquisa feminista, é necessário o exercício de reflexão sobre a própria posicionalidade nos espaços sociais que ocupa, reconhecendo privilégios e vantagens relacionais vivenciadas nos mesmos, a partir desse exame, definir o

processo de escolha das categorias de análise e ir ao encontro dos/as entrevistados/as da pesquisa para a realização do campo a fim de compreender e refletir a própria experiência na condição de pesquisador/a interagindo com os/as sujeitos/as eleitos/as.

Se faz necessário, também, dialogar com sua pesquisa tomando como princípio que o conhecimento é socialmente situado (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998), não descolado da sua própria realidade e, como pesquisa feminista, comprometido com o questionamento e, quiçá, com a transformação de uma dada ordem dominante na sociedade.

Tendo sempre à vista o que alerta Sardenberg, neste mesmo artigo de 2015, para o momento da investigação em campo:

De toda sorte, ao trabalharmos com a perspectiva das opressões que se entrelaçam e das interseccionalidades, é bom ter em mente alguns pressupostos tal qual delineados por Ange-Marie Hancock (2007, p.251): 1) mais de uma categoria estará em jogo na análise de processos e problemas políticos complexos; 2) a relação entre essas categorias será uma questão aberta, para investigação empírica; 3) categorias de diferença são produções dinâmicas de indivíduos e fatores institucionais, sendo também simultaneamente contestadas e enfocadas nos planos individual e institucional de análise; 4) cada categoria implica em diversidade interna ao seu grupo. (SARDENBERG 2015, p. 86).

Ademais, presumo que a noção de posicionalidade fornece, ainda, uma contribuição a mais para as pesquisas porque, ao valorizar o contexto dos acontecimentos, a mesma estabelece, ou pode estabelecer, um ponto de conexão com a dimensão espacial dos fenômenos, vez que, sendo o espaço geográfico entendido como uma instância da sociedade expresso por conflitos entre grupos hierarquizados por determinadas marcas de valoração social, e o gênero sendo uma dessas, tal categoria de análise espacial poderá trazer contribuições teórico-metodológicas relevantes para a investigação do objeto/sujeito de estudo, sendo esta uma intersecção mensurável no nível prático-teórico e real-concreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desafio comum de criar os instrumentos conceituais e metodológicos necessários a uma pesquisa sob a perspectiva de gênero e feminista, pretendi, com esse texto, indicar algumas possibilidades para construção de um aporte necessário à reflexão sobre algumas diferenciações acerca dos cruzamentos teórico-metodológicos para a análise das opressões, buscando dar conta de evidenciar a complexidade que envolve tal debate, apontando novas perspectivas.

Para tanto, busquei destacar alguns elementos que as autoras e autores citadas/os consideram relevantes nesse debate político-acadêmico em torno da temática da

interseccionalidade, assinalando questões mais profundas a serem exploradas pelo/a pesquisador/a. Esses diálogos iniciais deverão indicar pistas para realização de pesquisas sobre a temática de gênero, tão cara aos tempos atuais.

Além disso, o acesso ao acervo bibliográfico disponibilizado nas referências poderão apontar e suscitar novas e promissoras reflexões.

REFERÊNCIAS

ADEWUNMI, Bim. Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade: “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar”. Tradução de Bia Cardoso. Publicado originalmente com o título: **Kimberlé Crenshaw on intersectionality: “I wanted to come up with an everyday metaphor that anyone could use”** no site New Statesman em 02/04/2014. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2014/07/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/> Acesso em 10 de nov 2016.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, N.1, 2000, pp.: 229-236

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**. N. E. 203-216, 1994.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, PP.:544-552.

BENTO, Maria Aparecida. S. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**. N. 02, 1995, p. 479-488.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, PP.:458-463.

CIRIZA, Alejandra. Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria(s) e política(s) sob o capitalismo global. In: **Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania**. Atilio A. Boron, 1ª ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006. ISBN-13: 978-987-1183-40-1

COLLINS, Patricia. H. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. Em: Jabardo, Mercedes (Org.). **Feminismos Negros: una antología**. Madrid, Traficante de Sueños, 2012.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE: A Black Feminist Statement. In Gloria Hull, Patricia Scott, and Barbara Smith, eds. **All the Women are White, All the Blacks are Men, but Some of Us Are Brave**. New York: The Feminist Press. 1982, p. 13-22.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics, **University**

of **Chicago Legal Forum**: Vol. 1989, Artigo 8. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em 20 de out 2020.

Crenshaw, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, 43(6), 1991. pp. 1241-1299. doi:10.2307/1229039

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002. p. 171-188.

CURIEL PICHARDO, Ochy. Construindo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: Irantzu Mendiá Azkue, Marta Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion, Jokin Azpiazu Carballo (eds.), **Otras Formas de (Re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2014, p.45-60.

GARCÍA, Joaquin Torres. **A escola do sul**. disponível em: <http://www.coresprimarias.com.br/68-edicao-14/especial/40-a-escola-do-sul-manifesto-de-torres-garcia.html>. Acesso em 10 de out 2016.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis International**, Vol. IX, junho, 1988, p. 133-141.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 1995, p. 07-41.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: Eli Bartra (org.), **Debates em torno a uma metodologia feminista**, México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:09-34.

HEILBORN, Maria Luiza. ARAÚJO, Leila. BARRETO, Andreia (orgs). Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ módulo I. **CEPESC**, Secretaria Especial de Políticas para as mulheres; Brasília, 2010.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, June 2014. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em: 30 dec. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995,p. 465-477.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, 86: 2010, p. 93-103.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

LORDE, Audre. Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference, in **Sister Outsider: Essays and Speeches** (Freedom, CA: Crossing Press, 1984), pp. 122.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. V. 23, N. 03, 2014, p.935-952.

MENDONZA, Brenny. La epistemología del sur, la colonialidad del género e el feminismo latino-americano. In: MINOSO, Yuderkys (org.). **Aproximaciones críticas de las practicas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: Em la Frontera, pp. 19-35.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil, em **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013. Anais. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf. Acesso em: 29 out. 2016.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. (orgs) **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002, p. 89-120.

_____. Caleidoscópios de gênero. In: **Mediações**. Dossiê Desigualdades e Interseccionalidades. Londrina, v. 20 n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015, p. 56-96.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, A. S. et al. (Org.) **Falas de gênero: teorias, análises e leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55